

Diário Notícias 20-02-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Internacional
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	767 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	12

ENTREVISTA

Europa receia bloqueio dos EUA a investigação sobre prisões da CIA

Ⓣ **Fernando de Sousa**
Em Estrasburgo

Com a presidência da Comissão Temporária de inquérito, o dia-a-dia de Carlos Coelho ficou ainda mais atarefado. O eurodeputado diz-se empenhado em apurar a verdade sobre os alegados voos e prisões da CIA na Europa. Uma investigação para a qual não será demais a experiência do social-democrata na presidência da Comissão Temporária sobre o Sistema de Intercepção de Telecomunicações Echelon (2001).

Sendo uma Comissão Temporária e não de Inquérito (não investiga factos directamente ligados à aplicação dos tratados da UE) não pode convocar outras entidades para depor mas convidá-las; afirmou-se que quer falar com entidades da CIA ou a ela ligadas. Irão aceitar falar?

Nunca falei disso, foi outra pessoa da Comissão Temporária. A Comissão decidiu ser possível falarmos com responsáveis da Administração americana, mas isso não está definido, nem em termos de calendário, nem de interlocutores. Há a vontade do relator de fazer uma missão nos EUA, mas que está condicionada ao carácter prático dessa missão. Ou seja, se a comissão considerar que uma missão nos EUA pode contribuir para apurar factos e para o sucesso dos nossos objectivos, a missão terá lugar. Se considerarmos que os riscos de ser totalmente mal sucedida são grandes, não fará sentido irmos.

Já tem a experiência da investigação do caso Echelon, onde nem sempre foi bem acolhido nos EUA. Desta vez, será diferente?

No caso Echelon, havia um evidente envolvimento do Estado americano. Aqui, há alegações, mas não

estamos em condições de provar se há envolvimento da Administração. Em segundo lugar, na missão que fizemos, em Washington, por altura do Echelon, havia reuniões marcadas: fizemos todos os contactos previstos com organizações não governamentais, o director da CIA, o Congresso, porém, os contactos com a Administração foram cancelados à última hora. Foi particularmente desagradável e tirámos consequências políticas da recusa.

Espera, agora, mais colaboração?

Agora sinto-me com o poder de obrigar, moralmente, os 25 Estados membros da UE a colaborar com a comissão. Não tenho poderes para esperar o mesmo grau de cooperação de países terceiros. Sei que há grande relutância de todos os governos no sentido de abrirem mão do que tem a ver com a acção dos seus serviços secretos.

Mesmo os europeus?

Mesmo os europeus. Por maioria de razão, isso aplica-se a países terceiros. Por isso, não estou em condições de antecipar qual o grau de colaboração que outras entidades querem dar. Vamos preparar as nossas missões de forma a evitar que se repita aquilo que se verificou com o Echelon. Ou seja: só fazermos missões relativamente às quais tenhamos a garantia absoluta de que terão lugar segundo o programa acordado e de que serão úteis.

Esta comissão também se debruça sobre a aceitação, ou não, destas alegadas práticas no combate ao terrorismo...

Sim, embora, de uma forma geral, a Europa, talvez com uma ou duas excepções, seja clara no privi-
légio do Direito sobre o combate ao crime. É a ideia de que os fins não

justificam os meios. Isso parece-me importante porque, se considerarmos que os fins justificam os meios e que, para lutar contra o terrorismo, temos de violar direitos humanos, sob o ponto de vista moral e do

Direito, não estamos a ser melhores do que os terroristas. Se aceitarmos a pena de morte, jogar com o direito à vida, os maus tratos, a degradação das pessoas ou a tortura, qual é a nossa superioridade moral face aos terroristas que combatemos? Não haverá nenhuma. Há algumas questões jurídicas relevantes, como a definição de tortura. A despeito de a maior parte dos países – UE e EUA – estarem vinculados a convenções internacionais para a irradiação da tortura e haver mecanismos internacionais de avaliação da sua actuação, parece haver a ideia de que a definição de tortura para algumas organizações não é exactamente a mesma do que para outras. O que chamam de interrogatórios mais exigentes podem ser considerados, nalgumas ordens jurídicas, como práticas de tortura e noutras não. É uma matéria que vamos avaliar.

Vamos supor que se provam todas as alegações sobre a acção da CIA na Europa. Que acontece?

Primeiro, quero acreditar que isso não é verdade e que não há envolvimento dos Estados membros. Parto do princípio de que as instituições, tal como as pessoas, são inocentes até prova em contrário. Em segundo lugar, se se provarem os actos alegados, temos de ver se foram praticados com a conivência de autoridades. Podem ter ocorrido num abuso de Estados terceiros, na utilização do espaço comunitário e das facilidades que lhes damos, sem conhecimento ou conivência das auto-



Diário Notícias 20-02-2006	Periodicidade:	Diário	Temática:	Internacional
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	767 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	12

ridades. Se houve conviência dos governos europeus, temos de ver se foi por acção ou omissão. Se sabiam, mas se negaram a intervir ou se houve acções objectivas de encobrimento e colaboração activa. Relativamente a essas situações, a comissão tem de fazer duas coisas. Pri-

meiro, tirar consequências políticas relacionadas com a participação nas instituições comunitárias e o direito de voto no Conselho. Mas é também preciso aprovar um conjunto de medidas que garantam que esses actos não se repetem.

Compreende que muita gente poderá pensar que este será, apenas, mais um relatório...

Se no final deste trabalho tivermos um grau de aquisições comparável às da Comissão Echelon, posso dar-me por muito satisfeito. ■

Carlos Coelho

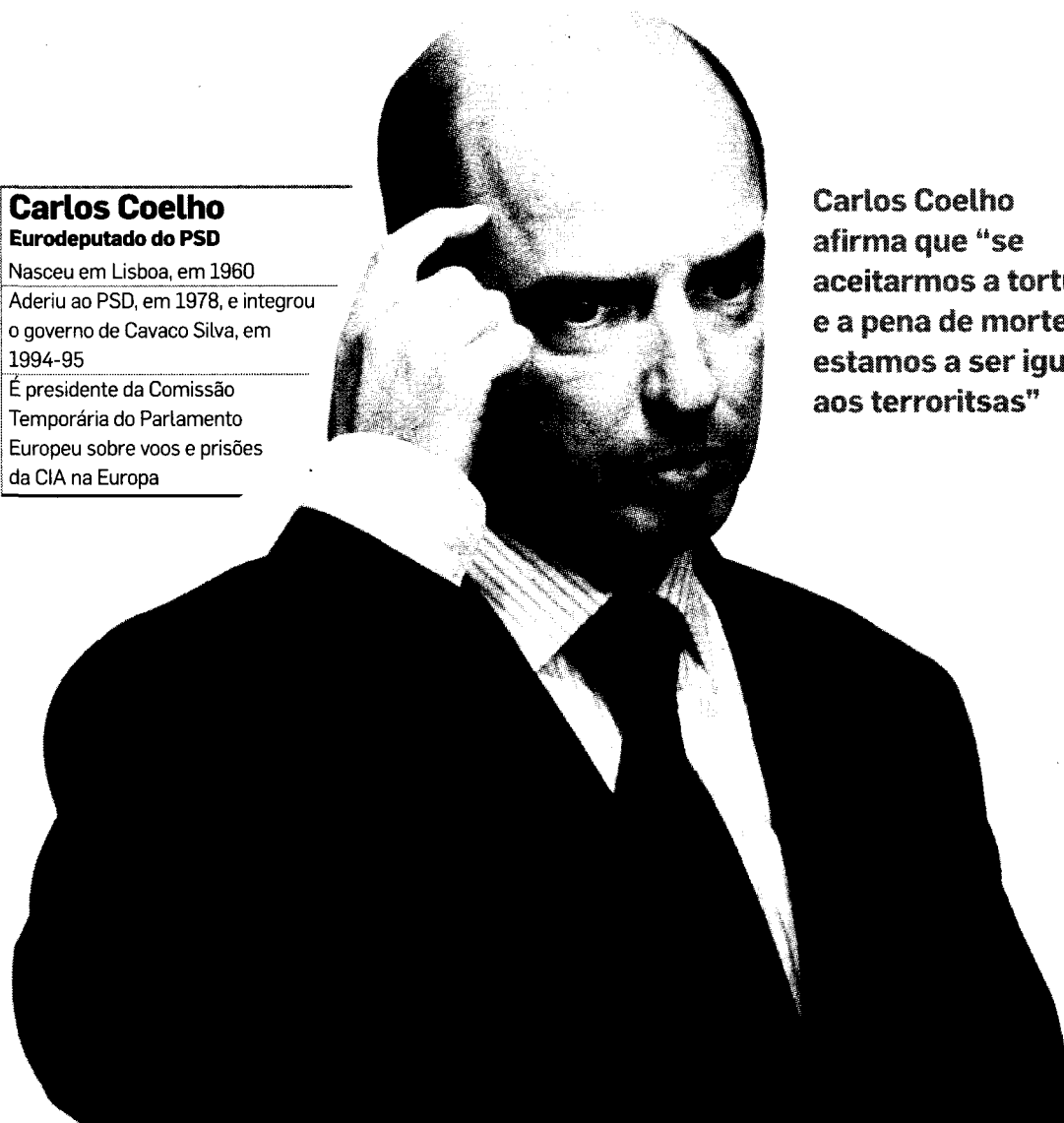
Eurodeputado do PSD

Nasceu em Lisboa, em 1960

Aderiu ao PSD, em 1978, e integrou o governo de Cavaco Silva, em 1994-95

É presidente da Comissão Temporária do Parlamento Europeu sobre voos e prisões da CIA na Europa

Carlos Coelho afirma que "se aceitarmos a tortura e a pena de morte estamos a ser iguais aos terroristas"



Paulo Spranger

Investigação | Carlos Coelho espera contar com a cooperação dos EUA, apesar de admitir não ter poder sobre Washington

Conselho da Europa pronuncia-se esta semana

O Conselho da Europa irá revelar esta semana os dados apurados pela dupla investigação que está a realizar sobre a alegada presença de prisões da CIA em território europeu. O seu secretário-geral, Terry Davis, deu até amanhã à noite aos 46 membros para o informarem sobre as medidas nacionais que to-

maram para "evitar a privação de liberdade" de uma pessoa e a "colaboração nesse quadro com uma agência de outro Estado". Davis poderá publicar já na quarta-feira um comunicado sobre as informações obtidas. Ao anunciar a abertura do inquérito, Davis explicou que o seu objectivo é averiguar se os Estados membros respeitam a Convenção europeia dos Direitos Humanos "e não se as actividades da CIA estão de acordo com a lei dos EUA".

Diário Notícias 20-02-2006	Periodicidade:	Diario	Temática:	Internacional
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	767 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	S/PB
	Tiragem:	79040	Página (s):	12

Acções secretas norte-americanas voltam à agenda do eurodeputado

Pode-se dizer que os dias de Carlos Coelho “têm 48 horas”. Este eurodeputado do PSD, nascido em Lisboa em 1960, habituou-se – e parece gostar – a um horário intenso.

Recebeu o DN, no seu gabinete do Parlamento Europeu, em Estrasburgo. Está ao computador e tem telefones a tocar. Consulta os e-mails e algumas páginas na Internet. Vê-se também que abraça, plenamente, as novas tecnologias, como demonstra o seu site pessoal, <http://www.carloscoelho.org>.

O dia-a-dia tornou-se, agora, mais atarefado, com a presidência do Comité Temporário do Parlamento Europeu para investigar as alegações de que a CIA usou o território comunitário para o transporte e práticas ilegais sobre prisioneiros. A comissão tem cerca de uma centena de elementos, entre eurodeputados efectivos e suplentes, cobre todo o espectro político-partidário do hemiciclo de Estrasburgo e conta com a representação de todos os Estados membros da UE. Esta acção desenvolve-se em colaboração com o Conselho da Europa, que iniciou as investigações há algum tempo, tendo já saído duas notas preliminares do suíço Dick Marty.

Carlos Coelho já tem experiência deste tipo de investigações. Em 2001, divulgou o relatório de outra Comissão Temporária, a que presidiu, sobre o Sistema de Intercepção de Telecomunicações Echelon. Já então o seu trabalho se cruzou com os Estados Unidos, cuja Administração se mostrou pouco cooperante, em contraste com outras entidades. Agora, será interessante verificar se Washington mostra maior abertura.

Esta comissão tenciona apresentar um relatório preliminar em Junho ou Julho, estando previstas as conclusões finais para dentro de um ano. **IF. S.**